

■ ATAQUES EM BRASÍLIA

Preso ao desembarcar dos EUA, Anderson Torres, ex-ministro de Bolsonaro e ex-secretário de Segurança Pública do DF, passou por audiência de custódia e deve depor esta semana

À ESPERA DE RESPOSTAS

JÉSSICA ANDRADE

Brasília – O ex-ministro da Justiça Anderson Torres, preso ontem de manhã pela Polícia Federal ao retornar dos Estados Unidos, se tornou o primeiro ex-ocupante do cargo a ser detido desde a redemocratização e o primeiro integrante do governo Bolsonaro preso em consequência dos ataques aos três Poderes, em Brasília, no domingo passado. Levado para o 4º Batalhão da Polícia Militar, no Guará (DF), Torres teve a prisão preventiva decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada.

Foram menos de duas semanas entre a saída de Torres do cargo de ministro da Justiça, sua nomeação como secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, posição da qual foi exonerado ainda no domingo pelo governador afastado Ibaneis Rocha (MDB), e a prisão ontem pela manhã.

Torres é acusado de ter sabotado o comando da Segurança Pública do Distrito Federal durante os ataques terroristas do dia 8. Ele deve responder por omissão e conivência. O ex-ministro de Jair Bolsonaro era o responsável pela segurança do Distrito Federal quando bolsonaristas invadiram os prédios do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto. Na sexta, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que o governo Lula pediria a extradição de Torres caso ele não voltasse ao Brasil até amanhã.

Na quinta-feira, a Polícia Federal divulgou que, durante operação de busca e apreensão na casa de Torres, foi encontrada uma minuta (versão prévia de um decreto presidencial) que previa a decretação de um estado de defesa nas sedes de tribunais eleitorais, que poderia ser usado para uma tentativa de golpe e de alterar o resultado das eleições de 2022.

A PF investiga as circunstâncias da elaboração da proposta. Ele nega ser o autor da minuta e disse que uma pilha de documentos na sua casa iria ser triturada. Após a decretação da prisão, Torres publicou nas redes sociais que regressaria ao Brasil para se entregar à Justiça. "Sempre pautei minhas ações pela ética e pela legalidade. Acredito na Justiça brasileira e na força das instituições. Estou certo de que a verdade prevalecerá", disse. Ele também alega que havia um plano de segurança para conter os manifestantes que cometeram os atos de vandalismo no domingo.

OUVIDO Ontem, Torres passou por audiência de custódia. Nela, o preso é ouvido por um juiz, que avalia se houve eventuais ilegalidades na prisão. O criminalista Rodrigo Roca, que defende Torres, acompanhou a sessão, conduzida pelo desembargador Ailton Vieira, do gabinete do ministro Alexandre de Moraes. O advogado também levou alguns itens para o ex-ministro e deixou o local por volta das 16h.

Ao justificar a medida contra Torres, Moraes disse que as condutas do ex-ministro de Bolsonaro e do ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal Fábio Augusto Vieira, que foi preso, são gravíssimas e colocam em risco a vida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de deputados federais, de senadores e de ministros da corte.

Moraes disse que os fatos narrados em investigação da Polícia Federal, autora do pedido de prisão, "demonstram uma possível organização criminoso que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas".

PRESSÃO O deputado federal Reginaldo Lopes (MG), atual líder do PT na Câmara, afirmou que Torres precisa responder em que momento o governo Bolsonaro

REPRODUÇÃO



O ex-ministro embarcou em Miami sob escolta da polícia, na noite de sexta

EURRISIO SA/REUTERS

Anderson Torres é acusado de ter sabotado o comando da Segurança Pública do Distrito Federal durante os ataques ao Congresso, ao STF e ao Palácio do Planalto



pretendia usar a minuta encontrada na casa dele. "É fundamental para a democracia brasileira que ele possa explicar a mando de quem, quem deu ordem para ele elaborar aquela minuta do decreto de defesa na Justiça Eleitoral, com o intuito de dar golpe na democracia brasileira, de alterar a vontade popular nas urnas no dia 30 de outubro que consolidou a vitória do presidente Lula? Nós queremos conhecer a verdade", disse Lopes, em um vídeo publicado nas redes sociais.

O Supremo Tribunal Federal recebeu ontem um pedido de habeas corpus preventivo em nome do ex-presidente Jair Bolsonaro e de Anderson Torres. Autor da petição, o advogado bolsonarista Carlos Alexandre Klomfahs requer a "expedição de salvo-conduto" para Bolsonaro e Torres "desembarcarem no país, e o trancamento da investigação sobre a ofensiva violenta por ausência absoluta de indícios mínimos de autoria e materialidade".

Para o advogado, a inclusão de Torres e Bolsonaro como investigados nas apurações sobre os atos golpistas se deu "sem lastro em indícios mínimos". Os dois se tornaram alvo de investigações a pedido da Procuradoria-Geral da República. Klomfahs alega suposta "violação ao princípio da imparcialidade do julgador".

■ CENTENAS DE PRESOS

A Polícia Federal deteve mais de 2 mil pessoas após os distúrbios, que ocorreram uma semana depois da posse de Lula e seu retorno à Presidência para um terceiro mandato. A maioria estava em um acampamento, instalado há dois meses em frente ao Quartel-General do Exército, de onde exigiam a intervenção dos militares para impedir a posse de Lula, eleito nas urnas em outubro.

Em uma ação inédita, mais de 200 pessoas foram detidas imediatamente após os ataques. Mais de 1,1 mil permanecem sob custódia, enquanto cerca de 684 (idosos, doentes, pais de crianças pequenas e sem-tetos) foram liberados para aguardar julgamento. As acusações contra os envolvidos incluem associação criminoso, atentado contra o Estado democrático, participação em tentativa de golpe de Estado e incitação ao crime. (Com agências)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3